Senhor Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, Excelência

Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Drª. Alexandra Leitão, Excelência

Senhor Ministro da Administração do Território e Reforma do Estado de Angola, Dr. Adão Correia de Almeida, Excelência

Ex.mo Sr. Presidente da Mesa do Congresso, Dr. Ricardo Gonçalves,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, Eng. Rui Santos, a quem agradeço a hospitalidade e todo o cuidado posto na organização deste congresso

Ex.ma Senhora Presidente do Conselho Fiscal da ANMP, Dra. Maria das Dores Meira

Senhores representantes dos Grupo Parlamentares da Assembleia da República e dos Partidos Políticos: Partido Socialista; Partido Social Democrata; Bloco de Esquerda; Partido Comunista; CDS – Partido Popular; Partido Ecologista "Os Verdes"

Senhores Deputados,

Senhor Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, Dr. Jorge Botelho

Senhora Secretária de Estado da Valorização do Interior, Dra. Isabel Ferreira

Senhor Presidente Associação Nacional de Freguesias, Dr. Pedro Cegonho

Senhor Presidente da Associação de Autoridades Locais da Guiné Bissau, Rui Cardoso

Senhor Presidente da Associação das Autarquias e Região Autónoma de São Tomé e Príncipe, José Rodrigues

CGTP, UGT e demais organizações sindicais
Senhores representantes das Entidades Intermunicipais e da Liga dos Bombeiros Portugueses

Senhor Vice-reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Artur Cristóvão

Convidados, patrocinadores, Senhoras e senhores jornalistas,

Caras e caros autarcas congressistas,

A Associação Nacional dos Municípios Portugueses – a casa comum do Poder Local Democrático - reúne-se neste Congresso para discutir os temas "Melhor Portugal" – "Descentralizar", "Regionalizar".

E, para nós, é motivo de reconhecimento, gratidão e honra, podermos contar nesta sessão de abertura com a presença, sempre clarividente e estimulante, do Senhor Presidente da República e, também, da senhora ministra Dra. Alexandra Leitão, em representação do Governo, com quem queremos construir soluções para a "modernização do Estado" e "da Administração Pública".

Todos queremos "modernizar" o Estado.

Todos queremos "descentralizar" para aproximar, de facto, o poder político das populações.

Todos queremos servir os objetivos constitucionais da justiça, da segurança e do bem-estar económico, social e cultural generalizados.

Todos queremos reforçar a desejada coesão territorial.

Todos – ou quase todos... – queremos "regionalizar".

Mas todos estamos, de facto, de acordo quanto ao essencial dos objetivos!

A questão é que estamos, ainda, à procura da sincronia quanto aos meios, aos caminhos e aos "timings" para conseguirmos a almejada – e tão necessária – "modernização do Estado", a qual permita impulsionar "um novo modelo de desenvolvimento do país".

Este aspeto é, claramente, um ponto a fixar!

Depois de 45 anos de democracia, liberdade e esperança;

Depois de 43 anos de Poder Local Democrático;

Depois de 33 anos de integração na União Europeia e mais de 100.000 milhões de fundos comunitários;

É certo que Portugal teve inegável desenvolvimento, mas os resultados já deviam ser melhores:

a) Desde logo, na demografia, com a inversão do processo de despovoamento que continua a assombrar o Interior;

b) No capital humano, na inclusão e proteção social, no combate à pobreza, no rendimento e emprego;

c) Na mobilidade e acessibilidades, na habitação e na regeneração urbana das nossas cidades e regiões;

d) Os resultados já deviam ser melhores na produtividade, na competitividade dos bens e serviços das empresas que concorrem no mercado global, na revitalização da floresta, na economia do mar…

Com esta enumeração, que não é exaustiva, está longe do nosso espírito apoucar – muito menos desconsiderar – os progressos que a sociedade e a economia portuguesas alcançaram nos últimos anos.

Se o fazemos é tão somente porque consideramos que esta retrospetiva é necessária para projetar uma organização do Estado mais moderna, eficiente e capaz!

Aos autarcas – e à Associação Nacional dos Municípios Portugueses – cabe também dar o seu contributo elencando os problemas estruturais que impedem um desenvolvimento mais pleno e equilibrado de todo o território nacional e apresentar propostas construtivas para um "Melhor Portugal". E isto passa, no nosso entendimento, por "Descentralizar" e por "Regionalizar".

É isto que este Congresso irá discutir refletindo sobre três alterações estruturais:

a) uma melhor organização do Estado;

b) um modelo de desenvolvimento capaz de responder às necessidades das pessoas e dos territórios;

c) uma mais justa repartição de meios e recursos públicos através do regime de financiamento das autarquias locais.

Portugal é um dos países mais centralizados da União Europeia e da OCDE.

Em Portugal os municípios apenas realizam 9 % da despesa pública, enquanto na União Europeia os municípios realizam, em média, 23 % dessa despesa – ou seja, mais do dobro!

Não sendo a única explicação, a descentralização praticada no centro da Europa é um elemento decisivo – absolutamente estrutural – do maior dinamismo no desenvolvimento das regiões desses países.

A descentralização é um elemento decisivo da maior eficiência das políticas públicas.

A descentralização é um elemento decisivo para a maior qualidade de vida das populações.

É por essa razão que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses entende a descentralização como um passo fundamental para prestar melhores serviços às populações em áreas essenciais para a sua vida – e para fortalecer a democracia, mobilizando os cidadãos para um exercício de cidadania mais ativo!

Há ainda, bem sabemos, algumas desconfianças e apreensões – desde logo entre os próprios autarcas – quanto à transferência de competências da Administração Central.

E há, também, perversidades várias por parte da máquina da Administração Central, a qual demora, esconde dados e emperra tudo quanto pode porque sente que, com o avançar deste processo, vai perder poder. Mas fazem mal e estão enganados!

Porque a descentralização visa precisamente reverter o recuo brutal, que houve nesta década, na autonomia, também, das delegações e nas direções-regionais – sejam elas da Agricultura, da Saúde, da Educação ou da Cultura.

Nos últimos anos, não conseguem decidir nada!
Hoje, para mudar uma lâmpada no Mosteiro de Alcobaça, é preciso pedir autorização ao Ministério.

A regressão brutal que se verificou na organização do Estado nas últimas décadas agravou, e muito, essa doença terrível chamada centralismo que tanto prejudica Portugal.

O senhor Presidente da República já expressou, na nota sobre a Lei-Quadro da Descentralização que enviou ao Parlamento, que – *e passo a citar* – "a descentralização administrativa é um dos princípios estruturantes da Organização do Poder Político na Constituição da República Portuguesa" e que "o seu aprofundamento, em particular na dimensão territorial, é, pois, em si mesmo, bem-vindo".

Há, portanto, que continuar a avançar com o processo de descentralização, ultrapassando os obstáculos, desfazendo as entorses, resolvendo as resistências, tudo em favor dos interesses da população.

Este novo impulso ao processo de descentralização tem de ser dado de duas formas:

1ª forma - Criando um novo regime de financiamento que permita às autarquias, não só desempenharem as suas novas competências, mas – também – terem uma primeira intervenção nos serviços públicos que lhes estão a ser entregues, quase sempre em péssimas condições, a precisarem de intervenções profundas e, por causa disso, muito dispendiosas.

2ª forma - Institucionalizando um processo permanente de monitorização e de avaliação da adequabilidade e sustentabilidade das competências transferidas ao nível da sua suficiência financeira, da adequação dos recursos humanos envolvidos e das implicações organizacionais, quer nas autarquias locais, quer nas entidades intermunicipais.

Estes dois eixos – um novo regime de financiamento autárquico e um modelo permanente de monitorização – respondem, aliás, às fundadas preocupações que o Senhor Presidente da República manifestou em 2018 quando promulgou a Lei-Quadro da Descentralização.

A sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de certas atribuições da Administração Central, ainda não está resolvida; e essa transferência não poderá ser, em caso algum, o mero alijar de responsabilidades do Estado central.

O Estado não se pode afastar, de forma irreversível, de áreas específicas em que o seu papel é essencial, sobretudo quando, para o sucesso de certas políticas públicas, é essencial a escala nacional, ou a escala regional.

Por falar em escala regional, a Regionalização é outro dos temas deste debate!

E este tema impõe-se porque as desigualdades territoriais, a desertificação do interior e a tremenda pressão populacional nas áreas metropolitanas, a baixa taxa de natalidade e o envelhecimento da população portuguesa, o baixo crescimento da economia, tudo junto, tornam urgente mudar o paradigma atual.

O modelo centralista do país é o principal responsável por este quadro, pois ao implementar políticas similares num território tão diverso acentua as assimetrias regionais.

Aliás, todos os anos o EUROSTAT coloca várias regiões portuguesas na cauda da Europa.

É preciso, pois, reorganizar o Estado e projetar um país diferente!

As regiões político-administrativas são um instrumento indispensável para potenciar o desenvolvimento equilibrado do território.

A criação de regiões é um instrumento fundamental para a assunção de novas políticas de desenvolvimento regional que prossigam objetivos de coesão, de competitividade e de equidade.

Na Europa, onde praticamente todos os países estão regionalizados à exceção de Portugal, não há nenhum país onde a criação de governos regionais – ocupando o espaço vazio entre os presidentes de Câmara e os ministros – tenha produzido maus resultados.

Temos, portanto, que iniciar um debate público que seja relançado em bases sãs, jurídica e politicamente sustentáveis.

Esse debate deve evitar todos os erros de há 20 anos, nomeadamente os que se relacionam com o mapa, com rivalidades Norte-Sul, com rivalidades Litoral-Interior, com localismos, com a questão das capitais regionais, ou com outros elementos que em nada contribuem para aproximar os principais beneficiários desta reforma política e administrativa – que são os cidadãos que, hoje, estão longe dos centros de decisão.

O debate que é necessário ter antes de um novo referendo que consagre a regionalização terá de incorporar todos os prós e contras, terá de incluir os dados do relatório final da Comissão Independente para a Descentralização, terá de dispor de análises e de comparações internacionais.

Tudo terá de ser feito de forma agregadora, sensata, madura!

Esta é uma daquelas discussões em que o objetivo principal é atingir o consenso mais largo possível, congregando os cidadãos, os autarcas e os atores no território dos órgãos de soberania.

Temos de construir a convergência, o entendimento, a aproximação, a disponibilidade da larga maioria para uma reforma tão importante como esta.

Os defensores da regionalização terão a missão de convencer a todos de que esta irá melhorar o Estado no exercício das suas atribuições.

Terá de ficar absolutamente claro que a regionalização irá servir os objetivos da justiça social, do bem-estar económico – e que esses benefícios serão generalizados e que, por isso, irão reforçar a desejada coesão territorial.

A qualidade política e cívica com que conseguirmos fazer este debate irá mostrar qual é a maturidade, qual é o grau de desenvolvimento e de excelência da nossa democracia.

Porque uma coisa é certa: se o debate não tiver um nível de excelência, o projeto de regionalização voltará a fracassar.

E, nesse caso, quem ficará a perder serão os portugueses – principalmente os que vivem nas regiões mais desfavorecidas.

Senhor Presidente da República
Senhora Ministra
Caros congressistas

Estou a concluir, mas aceitem que partilhe convosco a consciência que temos sobre as responsabilidades e os árduos trabalhos que os eleitos locais têm pela frente.

Para além dos problemas com que se debatem as nossas autarquias, os dias de hoje não são fáceis para os autarcas.

Com dedicação e probidade no cumprimento dos deveres de cidadania e dos valores da liberdade, os autarcas portugueses já deram provas da sua capacidade e rigor na gestão da coisa pública e na realização dos desígnios nacionais.

Foi, assim, mais uma vez, em 2018, em que os Municípios foram responsáveis por 52% do investimento público em Portugal e geraram 760 milhões de euros de superávit que contribuiu decisivamente para a redução do défice público, aliviando a austeridade que tanto afetou a vida dos portugueses.

Ainda assim, somos, demasiadas vezes, responsabilizados por tudo o que de mal acontece e alvos de julgamentos na praça pública, com meias verdades, generalizações precipitadas, imprecisões, enfim, agressões injustas que ofendem o bom nome de tantos autarcas que servem o país abnegada e honradamente.

É imperioso, para o bem da democracia, que este Congresso contribua, também, como impulso para o relançamento da revisão do Estatuto dos Eleitos Locais, a valorização condigna da classe política e a justa remuneração para a dignificação dos autarcas.

Meus amigos, com a certeza de que o trabalho que iremos realizar será profícuo para o Povo e para a Pátria, e revitalizador para o que é importante fazer em todo o país e só alcançável com o nosso empenhamento total, agradeço mais uma vez a honrosa presença dos nossos convidados e desejo a todos um bom congresso!

Muito obrigado.

Manuel Machado / Presidente da ANMP e da Câmara Municipal de Coimbra